

O desafio de financiar a produção

GAZETA MERCANTIL

* 2 JAN 1992

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Direcionar para a atividade produtiva a poupança financeira do País — que até setembro de 1992 continuará sendo mensalmente ampliada com a conversão de cruzados para cruzeiros — é um dos principais desafios do governo Collor para o novo ano.

A administração eficaz da moeda disponível na economia, evitando movimentos especulativos ou o reencastelamento dos aplicadores no curtíssimo prazo, é uma tarefa que dependerá fundamentalmente da estabilidade de regras, do sucesso na busca do equilíbrio de preços e do gerenciamento responsável dos caixas dos estados num ano eleitoral.

O governo Collor entra em 1992 contabilizando dividendos preciosos, que tendem a colaborar decisivamente para a retomada do crescimento ordenado. Há consenso entre banqueiros e empresários de que o primeiro semestre do ano será duro. No entanto, per-

seguir o desenvolvimento pode ser um objetivo do qual o País não poderá desviar-se, pois o balanço de alguns destacados indicadores da economia brasileira é dramático e não menos importante que os ganhos obtidos no último ano.

1991 vai embora com a inflação abaixo de 500% ou o menor nível desde 1987. A correção cambial voltou a ser positiva pelo segundo ano consecutivo. A captação de recursos no exterior ou o refinanciamento de dívidas por gigantes estatais, como Petrobrás e Vale do Rio Doce, reabriram portas do mercado financeiro internacional ao País.

A prática de juros reais fortemente positivos tem seu ângulo perverso sobre o setor real da economia, mas foi definitiva para alimentar as aplicações financeiras mais conservadoras reequilibrando os movimentos da moeda em expansão.

O ano de 1991 termina com o ágio do paralelo amparado nos mais baixos níveis em sete anos. O ouro, negociado no mercado

“spot” da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), não conseguiu atrair novos compradores, e a expansão modesta do volume médio negociado mensalmente no pregão — passando de 115 para 125 toneladas de 1990 para 1991 — confirma a permanência neste mercado de aplicadores cativos, que observam o metal não como defesa contra o caos mas alternativa para diversificação de portfólio.

A poupança financeira do País já corresponde a cerca de US\$ 80 bilhões, ou 64% da contabilizada às vésperas da posse do governo Collor, que aprisionou 80% de todos os ativos em março de 1990. No último ano, apesar do crescimento da moeda disponível, o título privado — notadamente prefixado — foi a aplicação financeira que conquistou destaque absoluto nos meios de pagamento, passando a deter uma fatia superior a 20% do total.

A expectativa do mercado é de que a política monetária continue ocupando lugar de destaque dentro da política econômica global, como ocorreu em 1990 e 1991, até que os ajustes fiscal e estrutural perseguidos pelo governo produzam efeitos duradouros.

O mercado não espera que 1992 seja o ano da virada, mas que os custos elevados impostos pelo programa econômico sustentado pelo governo tirem o País da contramão. 1991 termina com um saldo penoso para a população ativa. O PIB per capita — de US\$ 1.100 no final dos anos 70 — tenta avançar com constrangedora dificuldade aos US\$ 2.000 há três anos.

A produção industrial persiste em queda, agravando o resultado de 1990, quando acusou retração de 8,9%.

(Ver 1ª página de Balanço e Perspectivas)